

**TRABALHO LIVRE
E TRABALHO ESCRAVO
NA FRONTEIRA DO BRASIL MERIDIONAL**

ENRIQUE PEREGALLI, Professor Visitante do Departamento de História e Antropologia da Universidade Federal do Pará, formado em Filosofia no Uruguai, licenciou-se em História na Universidade de São Paulo (USP) obtendo o título de Mestre na Universidade Católica da mesma cidade, com sua dissertação "O Exército Colonial na Capitania de São Paulo". É autor dos seguintes trabalhos já publicados: Como o Brasil ficou assim? (Formação das fronteiras e tratados de limites); O Civilismo e as Salvações: o governo Hermes da Fonseca; A Estrada Sacramento-Sorocaba na Apropriação de terras e Gado no Brasil Meridional; Gaucho, Gauchismo, Gauchesco; Gramsci e a Questão Meridional: uma abordagem historiográfica.

1 - AS FRONTEIRAS IMAGINÁRIAS LUSO-ESPAÑHOLAS

Diziam, que o Uruguai estava separado da Argentina pelo rio, mas unido pela língua, e que o Brasil estava unido ao Uruguai pelo território e separado pelo idioma. São Pedro do Rio Grande, capitania desde 1760, apresentava-se neste quadro platino de costas para o "verde Brasil", sem saber, se a Banda Oriental era o seu prolongamento, ou vice-versa. Numa época em que as ligações, entre as diversas partes da colônia portuguesa, eram feitas por cabotagem, a linha abrupta do mar ou os estreitos caminhos entre as serras, pareciam opor um obstáculo natural a qualquer união com o "continente".

Dominicanos, Franciscanos e Jesuítas fundaram nas margens sul do rio Uruguai os primeiros povoados religiosos. Santo Domingo de Soriano e as reduções Franciscanas, perto demais das populações de origem espanhola, entraram num rápido declínio. A Cia de Jesus, controlou todo o território ao norte do Rio Negro além de outras propriedades distribuídas ao sul da Banda Oriental. Na região da Lagoa Mirim, as pretensões territoriais do latifundiário e comerciante espanhol Alzaibar, iam de encontro com os interesses expansionistas portugueses. Abandonando o âmbito legal, desde 1763 (expedição de Ceballos a Rio Grande) até 1800 (início da conquista das Missões Orientais pelos riograndenses) os conflitos armados resolveram a questão da posse da terra⁽¹⁾.

Frente ao recuo jesuíta (expulsos da Banda Oriental em 1767 e do Paraguai em 1775) dois latifundiários disputavam a região compreendida entre os rios Uruguai, Negro e Tacuarembó. Em 1780, perdendo o favoritismo das cortes, as terras de Alzaibar no leste (do Negro ao Atlântico e desde Santa Lúcia ao Tacuari) foram divididas em quatro grandes propriedades. Além destas, uma enorme faixa vazia separava a Banda Oriental das posições portuguesas. Nestas ter-

ras, de fronteiras imaginárias, a tradição das "gestas" gaúchas foi escrita entre suas couxilhas. A ficção de uma guerra entre nações, parecia tingir com sangue as excelentes pastagens, onde se desenvolvia uma riqueza pecuária proveniente das missões jesuíticas.

Implantado em Santa Fé e Córdoba, contrabandeado de São Vicente para Assunção pelos jesuítas, o gado foi introduzido no Alto Uruguai por volta de 1635. Sua quantidade não deve ter sido grande, conforme atestam os documentos jesuíticos, porém o grande rincão de Santa Tecla, entre o Uruguai e o Negro, foi povoado para suprir a necessidade de criação de gado. Os quatro mil índios guaraníticos enviados para cercar a Colônia do Sacramento em 1680 (posteriormente trocada pelas próprias Missões Orientais em 1750) obtiveram como pagamento de seus serviços, o direito de transportar gado para Santa Tecla, e transportavam mais de 100 mil cabeças. Muitos daqueles guaranis permaneceram na região como "desertos" daquela civilização imposta, integrando-se ao "campo aberto e à carne gorda", ambiente natural do gaudério.

Santafecinos e índios Tapes, foram o primeiro contingente humano que transportados à Banda Oriental, entrelaçaram o couro aos interesses mercantis bonaerenses. Estava dada a contradição de que, com capital e direito de exploração concedido pelo cabildo, o patrão dependesse da mão-de-obra indisciplinada e da boa vontade de seus gaudérios para recolher o gado no tempo e no lugar-determinado.

Em terras argentinas as "vaquerias" eram acompanhadas geralmente junto com o título de posse da terra. Durante todo o transcorrer do século XIX, na medida que a colonização avançava, o gaúcho foi perdendo seu espaço vital. Encurralado no pampa, longe dos centros de decisão política, só iria servir de "bucha de canhão" para as oligarquias provinciais.

(2) Na Banda Oriental de tardia colonização e ainda mais tardio, enquadramento numa economia capitalista, o campo permaneceu aberto. Em suas fronteiras se criaram as condições ideais para a permanência do gaudério: nada de arame farpado, nada de propriedade privada. Sobre os mapas imaginários da "terra de ninguém", espanhóis e portugueses trocaram as linhas fictícias de Santo Ildefonso. Terras e couxilhas inexistentes, rios sem águas, marcaram fronteiras naturais que somente existiam na imaginação. Para os portugueses, o estuário, significava a prata do Potosí, para os espanhóis, o contrabando. Do Norte e do Sul, movimentos colonizadores procuravam dar validade jurídica às suas pretensões expansionistas; era a velha norma, de que a terra é de quem a coloniza e não de quem a descobre.

Entre 1724 e 1747 o estabelecimento de núcleos açorianos lançaram os fundamentos de "pontos de apoio legais" na disputa territorial. Ao redor de Viamão e Portos dos Casais, próximo ao presídio de São Pedro, articulam-se bases estáveis de poderes público dependentes do Rio de Janeiro⁽³⁾. Mais tardiamente e sem contar com imigrantes, Félix de Azara fundou Batoví (1800), centro de doações de terras fronteiriças espanholas, na região do rio Santa Maria⁽⁴⁾.

A penetração riograndense no Alto Uruguai (nos territórios dos índios Minuanos-Charrúas do Arapei) fez com que a coroa espanhola apressasse seu demarcador de fronteiras. Seu plano original era construir um cinturão de pequenas estâncias que impedisse o avanço português; mas os enfrentamentos de 1800, em torno da posse das Missões Orientais destruíram tudo o que Félix de Azara e seu lugar-tenente José Gervácio Artigas, haviam realizado nesta região fronteiriça. O conflito que se arrastava desde 1750 teve como ponto alto a campanha de 1801-1805, na qual os fazendeiros de gado do sul do Brasil, reconquis-

taram as missões, que pelo tratado de Santo Ildefonso (1777) haviam novamente passado à pertencer à Espanha. As campanhas riograndenses ao Tacuarí, Melo e Missões, e a do espanhol Xavier de Viana ao Cuareim tiveram os mesmos efeitos: arruinaram as pequenas propriedades existentes e expandiram o latifúndio.

Durante o século XVIII, a Banda Oriental⁽⁵⁾ e o Rio Grande do Sul se polarizaram politicamente. A economia riograndense se ligou definitivamente ao mercado colonial brasileiro como provedor de charque para os escravos, produto subsidiário da economia exportadora. A Banda Oriental, capitaneada por Montevideu, se inseriu nos favores do monopólio espanhol, desenvolvendo sua "luta de portos" contra Buenos Aires. No interior, a possibilidade de florescimento de um mercado consumidor de produtos pecuários valorizou a terra e o gado. A necessidade de privatizar as matanças indiscriminadas, efetuadas pelos gaudérios, levou à uma organização da produção nas estâncias. Sua transformação em empresas, obedeceu a certas particularidades: a produção não estava submetida à planificação, as unidades de produção não cobriam as necessidades do mercado, sendo que, pelo contrário, condicionavam o mercado. Ao mesmo tempo eram potencialmente auto-suficientes com uma mão-de-obra indisciplinada, temporária, de pouca circulação monetária (salários instáveis ou inexistentes). Dinamizada por sua incursão no mercado externo, por sua procura de lucro e por estar implantando a propriedade privada nos meios de produção, A TENDÊNCIA CAPITALISTA ACABOU PREVALECENDO.

2 - OS DESERDADOS DA TERRA NA BANDA ORIENTAL

Os gaudérios surgiram na História Oriental beneficiados por um ambiente natural favorável, modificado pelo homem com a introdução do gado. Estes surgem, dentro de uma organização social que os empurravam para o campo, não como consequência desta riqueza pecuária, mas sim como condição prévia para sua apropriação.

Existia, para os olhares mercantilizados dos viajantes da época, uma mão-de-obra ociosa e disponível que regredia à subsistência,⁽⁶⁾ a uma vida limitada ao dia a dia, estreita e escassa; mas o que não é apontado, é a organização social que os forçou terra adentro, quando identificou trabalho com escravaria. Ao degradar o migrante, que trabalhava com suas mãos, o campo representava, além do retrocesso à subsistência, um avanço em termos de consciência ao "tornar a ser homem".

Os gaudérios utilizaram-se da riqueza pecuária da Banda Oriental, porém as oligarquias bonaerenses, procuraram aos poucos a integração daqueles indivíduos dentro de seu circuito comercial, eliminando as condições que lhe davam vida e expressão. A economia monetária introduzida pouco no campo através do comércio, foi o agente da separação entre o homem gaudério e a "natureza", completada somente com a provatização da terra e o gado na segunda metade do século XIX. A cidade como um todo, geradora dessas condições, incentivou a produção de excedentes econômicos captando para si os lucros gerados, transformando-se em beneficiária direta desta nova situação.

A aparição dos centros urbanos na Banda Oriental do Uruguai, não foi produto da dinâmica de transformação interna, é um fator externo que se dá na tentativa de dirigir a riqueza do campo para o mercado

externo. Uma vez instalada, sua grande tarefa vai ser a submissão dos trabalhadores independentes dos campos, pré-condição para a apropriação definitiva do solo, eliminando sua auto-suficiência, criando condições para a produção de excedentes. As cidades constituíram-se no centro dos proprietários legais e absentistas, aos quais a guerra oficial de enquadramento do campo, dentro dos novos valores da sociedade citadina foi condição prévia de sua existência, como proprietários. Além da tradicional rivalidade, charqueadores, comerciantes e latifundiários (ou ambas ao mesmo tempo) consideravam como "comum" o interesse de submeter às massas rurais.

No campo oriental, estabeleceu-se em 1810 uma aliança protetora, liderada pela figura de Artigas, entre os proprietários de posse (sem títulos que legalizassem suas propriedades) na defesa de suas terras e os gaudérios, na defesa do gado⁽⁷⁾.

Os gaudérios formaram-se além dos laços comuns de língua e costumes, na dupla relação ingênua com a terra. Em grupos familiares, indivíduos isolados ou em bandos consideravam-se proprietários naturais pelo direito de posse: mas suas preocupações encontravam-se no gado, desconexo com a terra, pensado como fruto natural de apropriação livre. Uniram-se em virtude dos atos comuns; corporalizando-se nos costumes, associaram-se no trabalho para a apropriação do gado e na defesa de seu campo aberto. (Neste sentido poderíamos falar de "montoneras").

Os gaudérios e a natureza apresentaram uma união mediante a intermediação do trabalho sobre o gado, se parado pela natureza para consumo⁽⁸⁾. A finalidade desta intermediação não é a criação de valor, possui apenas "uma significação de valor de uso para o desfrute, embora a natureza seja trabalhada de modo a trocá-la por produtos excedentes alheios⁽⁹⁾. "Tomando como pressuposto que lhe pertenceram as condições objetivas de seu trabalho, devesse também pres

supor, que o indivíduo pertence subjetivamente a uma comunidade, que serve de medição de suas relações com as condições objetivas de apropriação comum"(10). O gaudério solitário o "indivíduo absoluto" é um mito introduzido pelo liberalismo burguês através da literatura que vê nele a origem da liberdade, a origem da democracia, indivíduo livre porque é solitário(11).

A troca em si e a economia monetária são agentes principais desta individualização(12). Eliminadas as condições que permitiriam a reprodução de seus membros, entram em decadência, juntamente com as relações de propriedade sobre as quais se baseavam(13).

Ao mesmo tempo, o esforço de trabalhar sobre o gado, exigiu o desenvolvimento de certas capacidades pelo sujeito, que logo se fazem necessárias (rodeios, currais, cercas, marcas...) desenvolvendo e transformando não só as condições de produção, mas os próprios trabalhadores, adquirindo novas faces e conceitos, novas necessidades... Estas transformações intrínsecas, incentivadas pela penetração das relações sociais capitalistas no campo, levaram aos gaudérios a transformar-se em "peão" assalariado. PORÉM O HOMEM SÓ É INDIVIDUALIZADO MEDIANTE O PROCESSO HISTÓRICO(14).

Proibidos de caçar gado selvagem e eliminadas as pequenas pulperias do interior, fonte de aprovisionamento e escoamento das produções de couro, os grandes proprietários o afogaram economicamente transformando-os de trabalhadores independentes em produtores subordinados.

3 - "OS NEGROS LIVRES, OS ZAMBOS DESTA CLASSE, OS INDIOS E OS 'CRIOLLOS' POBRES SERÃO BENEFICIADOS COM UM LOTE DE ESTÂNCIA".

(Art. 6 do Regulamento Artiguista da Reforma Agrária de 1815)

O limite artiguista com as posições coloniais portuguesas se estendia desde os rios Ituzaingó, Santa Maria, Yaguarão, através da Lagoa Mirim, rio Chuí até o Atlântico. Na véspera da revolução de 1811, as águas do Arapay e o Yaguarão, mais que o instável limite entre os dois impérios coloniais as sinalava uma linha onde a "estância" de relações sociais livres (o que não significa a inexistência de escravos) deixava lugar para o latifúndio escravista. O conflito aparente, entre espanhóis e portugueses, ou aquele de cunha nacionalista entre uruguaios e brasileiros, deve deslocar-se para o conflito real, entre a grande e pequena propriedade. A historiografia confundiu o processo de engrandecimento dos latifúndios com lutas nacionais. Radicalizando, portugueses e espanhóis, barbárie ou civilização, passou por alto o desalojamento indiscriminado de pequenos proprietários sem distinção de nacionalidade.

Estas fronteiras, de traçados tão irregulares, não poderiam deixar de inquietar um estado escravocrata como o Brasileiro, onde o negro significavamais que uma simples mão-de-obra(15). A opção de estabelecer um "cordão sanitário" dentro da própria Banda Oriental (fechar as fronteiras contradizia as pretensões riograndenses de mantê-las abertas) conciliava as aspirações regionais e as pretensões políticas do poder central.

Pequena propriedade e grande propriedade são conceitos aos quais devem ser dados conteúdos históricos. Quando Artigas promulgou seu regulamento pa-

ra a reforma agrária em 1815, numa Banda Oriental, quase despovoada depois de seis anos de luta pela independência, uma estância de 7.500 hectares foi considerada pequena propriedade. Sem cercamentos, trabalhando quase que exclusivamente para a exportação do couro, somente tinham bons resultados as maiores de 50.000 hectares(16). O fundamento político da reforma agrária foi a criação de um campesinato, através de doações de terra, que consolidassem a revolução, induzindo a recuperação econômica da província(17). O fracasso político federalista na Bacia do Prata, nesta época de vitória militar, também deve ser explicado a partir das origens de classe das oligarquias provinciais(18). Tais setores jamais renegaram suas raízes latifundiárias, bloqueando permanentemente o acesso das camadas populares à terra. O único líder platense, capaz de radicalizar o processo foi Artigas, que acabou permitindo que aquelas camadas menos favorecidas pudessem chegar efetivamente à terra.

Uma vez encaminhada a revolução e proclamada a reforma agrária, os estancieiros orientais apoiaram a divisão dos grandes latifúndios entre os Donatários Artiguistas, pretendendo provocar com isto o assentamento do homem na terra, eliminando o banditismo ("matreriage") e assegurar suas propriedades contra as costumeiras depredações. Em Montevidéu, os latifundiários absentistas não podiam conter a reforma agrária por mais que o cabildo, atrasasse sua aplicação. Também era mal vista pelos comerciantes, que tradicionalmente se beneficiavam com a desorganização dos campos, conseguindo couros baratos sem pagar impostos(19).

Especuladores e comerciantes montevidéanos, voltaram suas esperanças para a corte Luso-Brasileira, onde se juntaram a Sarratea (homem de confiança dos britânicos) procurando convencer a D. João VI das vantagens para o Brasil duma intervenção armada na

Banda Oriental. Porém, não se pode dizer que os portugueses invadiram para satisfazer os interesses dos outros. O objetivo específico da invasão foi o de conter a expansão das pequenas propriedades, com as implicações sócio-políticas dadas pelo artiguismo, que ameaçavam o avanço dos latifúndios riograndenses em território Oriental, responsáveis pela construção de um contraforte que evitasse a "contaminação" das idéias federais e anti-escravistas no Rio Grande do Sul.

Nossa hipótese central gira em torno dos motivos da ocupação. Os exércitos de ocupação Imperiais garantiram os interesses riograndenses por um lado, brasileiros pelo outro. Brasileiros, por entender que o contraforte latifundiário riograndense, dentro do território uruguaio, assegurava a tranquilidade (parte da estabilidade) política do Império no sul; riograndense, porque a expansão do latifúndio escravista sobre a Banda Oriental, assegurava o fornecimento de gado para charqueadores e fazendeiros, assegurando também, preços baixos para o charque sem mexer nas rendas impositivas imperiais, e ao mesmo tempo, matava a "fome" de terra dos criadores de gado do sul, pretendendo imunizá-los contra as idéias republicanas e anti-escravistas.

A derrota da resistência Artiguista e a pacificação conseguida na Cisplatina foi mais que uma simples vitória de Lecor. Os convênios feitos com cada chefe, com cada homem, além de isolar Artigas, corrompeu os laços solidários dos deserdados da terra, força da revolução. Através de sucessivos acordos de paz, Lecor assegurou aos chefes locais ou regionais, que por sua vez asseguravam aos paisanos a posse da terra. Estes analisaram as transações não como produto de seu potencial revolucionário, mas como um entendimento logrado pela força e presença pessoal do caudilho. A grande vitória de Lecor foi individualizar a luta pela terra e a grande derrota

do artiguismo, foi a diluição da solidariedade de classe dos deserdados da terra.

Artigas procurou estabelecer relações sociais através da terra, enquanto os caudilhos locais (Rivera é o caso mais representativo) pretenderam estabelecer relações sociais que davam direito à terra. Um dos motivos do fracasso da reforma agrária artiguista deve procurar-se na insuficiência de gaudérios, índios e negros livres de estabelecer relações efetivas entre eles, a terra e o gado; não lutavam pela terra, mas sim pela liberdade de matar o gado. Ainda que lutando até o extermínio foram a gênese dos laços pessoais que afogariam a consciência coletiva alcançada pelo artiguismo, favorecendo durante a Cisplatina a ascensão caudilhesca.

Ainda nos primeiros momentos da formação das estâncias a separação terra-gado, fez com que não existisse uma oposição aberta entre os proprietários de posse e os gaudérios, pois existia gado cimarron para todos. Os gaudérios se consideravam seus proprietários naturais, com direito de consumo, tido como fruto natural de livre apropriação. Da mesma forma, os pequenos proprietários, sem títulos que legalizassem suas terras, se consideravam seus proprietários por direito de posse; estes lutaram junto aos gaudérios para proteger e perpetuar seu solo.

O elo que identificava os negros e cafusos livres com os gaudérios e proprietários de posse, limitava-se à sua participação na campanha artiguista, na falta de outra opção que oferecesse uma saída não escravista. Na real cédula de 1789 (ano da liberação do tráfico negreiro) Espanha concedia asilo aos escravos fugidos "dos domínios estrangeiros" (leia-se Brasil) inaugurando uma política de confronto em torno ao problema da mão-de-obra escrava. Os negros fugitivos, diz Saint-Hilaire lutavam nas tropas de Artigas contra os portugueses e nisso se empenhavam "pois era a luta pela própria liberdade"

(20). Enquanto os gaudérios representavam sua liberdade em torno do gado, a liberdade "negra" estava longe de uma ligação com a terra: o ex-escravo lutava contra um inimigo escravista "visível" que deixou de existir quando lhe foi oferecida sua liberdade. No momento que Lecor promulgou a "liberdade dos negros em armas", sempre que se passassem para o Lusitano (e não era por falta de soldados) as deserções se multiplicaram até o ponto que todo um regimento de libertos (comandados por Rufino Bauzá) num acordo secreto com Lecor abandonou a luta.

Artigas "sem efetivar nenhuma medida jurídica concreta para a libertação dos escravos, reconheceu na prática sua condição humana livre"(21). Os negros livres, os zambos desta classe, os índios e os "criollos" pobres serão beneficiados com um lote de estância (22). (Regulamento da Reforma Agrária de 1815, Art. 6).

A colonização Artiguista no norte uruguaio foi iniciada com índios Guaycurus e Abispones trazidos à Banda Oriental desde o Chaco. Ao mesmo tempo os Charruas, Guaranis e Minuanos participaram de revolução sendo considerados por Artigas como "cidadãos" com plenos direitos à terra(23). Estes mesmos índios conquistariam em 1829 as Missões Orientais (demonstrando a fragilidade das fronteiras do sul), apressando o reconhecimento do Uruguai independente por parte das autoridades imperiais. Convocados em 1831 por Rivera para o que parecia ser uma nova reconquista das Missões foram emboscados pelas forças do governo e exterminados nas margens do Rio Quareim. Tradicionais inimigos dos riograndenses formavam a última oposição real à penetração latifundiária. Os jornais de Montevidéu, depois de apoteosar a luta da civilização contra a barbárie exigiram a reativação dos decretos de 1829 conducentes à repressão dos "homens sem propriedades" e à "submissão do negro". (El Universal 19.08.1831).

4 - O TRABALHO NEGRO NAS CHARQUEADAS DA FRONTEIRA

A escassez de mão-de-obra para as charqueadas devido à insalubridade das técnicas de salgar carnes provocaram a adoção do trabalho escravo nas charqueadas de ambos os lados da fronteira. A explicação da baixa produtividade das charqueadas de Laguna frente às orientais não pode se dar exclusivamente, na questão do trabalho livre ou escravo, ou na qualidade do gado.

As dimensões restritas de uma "economia de fronteira", a pouca capacidade aquisitiva do mercado local e a tremenda distância que a separava dos grandes mercados consumidores (Cuba e nordeste do Brasil) obrigava à intermediação do comerciante. A política de preços, para beneficiar os produtos de exportação, levada adiante pelo Império, diminuía as possibilidades de lucros rápidos e seguros, ao mesmo tempo em que abria uma brecha entre as relações do poder central e o poder estadual riograndense.

A qualidade do gado era indiferente para os charqueadores, sua preocupação fundamental era a quantidade e a continuidade, única fonte para aumentar seus lucros. Os "coelhos com chifres", como ficaram conhecidos os animais orientais, constituíram-se em matéria prima barata e abundante. A necessidade da aproximação das charqueadas à fronteira (os campos Orientais reproduziam e engordavam o gado com maior rapidez) como forma de evitar ao máximo uma cansativa viagem que fazia o gado perder peso, uniu interesses de fazendeiros e charqueadores, ambos preocupados em manter aberto o trânsito de gado através da região fronteiriça (sem pagar imposto) suprindo a necessidade de animais na entresafra riograndense. Compensada com "importação" de gado em pé através da fronteira Oriental mantinha-se uma continuidade que permitia um "minus" de racionalidade

às charqueadas ao limitar ao máximo o tempo ocioso da escravaria.

Se se pretende confirmar a distinção entre trabalho livre ou escravo a partir da data da abolição da escravatura no Uruguai, entra-se no país das tradições. Vejamos os fatos. a Constituinte das províncias Unidas do Rio da Prata aboliu o tráfico negreiro em 1813. Artigas desconhecia a "categoria" escravo. Em 1825, ano da libertação da Cisplatina, foi promulgada pelo governo provisório a "liberdade de ventre". A constituição de 1830 decretou a liberdade de todos os habitantes da República nascente. As necessidades financeiras do jovem estado (principalmente baixo a administração de Rivera) fizeram ressurgir o comércio ilegal. Em 1837, o executivo implantou o regime de tutela ou patronato: depois de 3 anos de responsabilidade jurídica do dono (obrigado a alimentá-lo e a lhe dar uma renda mensal) o escravo, adquiria sua liberdade. Durante a Guerra Grande (1839-1851) o governo que defendia Montevideo, cercada pelos exercitos de Rosas e Oribe, libertou os escravos na medida em que foi necessitando de sua integração no exército. Este governo "da defesa" decretou em 1824 a libertação geral em todo o território oriental. Paradoxalmente porém, o interior estava controlado pelos exercitos rivais. Estes últimos, sem condições econômicas de levar adiante o projeto, eliminaram a escravidão em 1846 mediante indenização aos proprietários⁽²⁴⁾. Ainda após 1841, em que o Uruguai retificou o convênio internacional de abolição do tráfico, uma pequena frota de bandeira nacional, burlando a frota de guerra inglesa, anti-escravista, fazia um estranho e velho comércio entre África e o Rio da Prata. Os registros dos navios declaravam transportar colonos, ainda que encadeados e amontoados nos porões dos barcos.

Entre 1849 e 1853 o Uruguai foi alternativa para burlar o bloqueio que o almirante Reynoldes efe-

tuava nas costas brasileiras. Os tratados de paz de 1851, resultantes da derrota de Rosas, permitiram que os escravos que fugissem do Brasil para território Oriental não perdessem sua condição de escravos. E ainda permitia, que os proprietários Imperiais, os mantivessem como tais, dentro de suas propriedades no Uruguai. A fronteira foi efetivamente uma zona de tráfego negreiro, espetáculo que levou ao governo de Giró em 1853 a declarar "pirataria" todo comércio de seres humanos, abrindo ainda mais o conflito contra o Império, representado pelos tratados de 1851. Em 1853, a letra da lei assinalou sua última intervenção jurídica, suspendendo definitivamente todo patronato. A partir desta data, se generalizou o "contrato" entre o negro e o particular, comprometendo-se a trabalhar durante 24 anos por um preço anual de 47 1/2 patacones. As 24 prestações formavam 1.140 patacones, preço normal dos escravos nesta época (25).

De fato, apesar das modificações nos tratados internacionais com o Império, a libertação total dos escravos no Uruguai, só se concretizou, quando foi proclamada a lei Áurea no Brasil (1888).

No Rio Grande do Sul o trabalho escravo era peça fundamental para as charqueadas. Nas Orientais, trabalho livre e trabalho escravo possuíam uma simbiose no regime de "conchambe". Numa época de quase nenhuma imigração de mão-de-obra livre, comprava-se a boa vontade do escravo, através da possibilidade de uma renda mensal acumulada para o resgate de sua liberdade. Se seu preço era alto, os lucros maiores que as riograndenses e a inexistência de uma mão-de-obra compensavam a inversão (26). Os altos rendimentos das charqueadas orientais se baseavam (além do mercado e da abundância de matéria prima) numa divisão técnica do trabalho e nas atividades subsidiárias de elaborar velas de sebo, preparar graxa, conjuntamente com trabalhos de carpintaria, alvena-

ria, efetuada por trabalho livre (ou mão-de-obra escrava, liberta), deixando as atividades mais insalubres para os escravos.

Não podemos perder de vista, que não existia de sigualdade tecnológica entre as charqueadas nem restrições a uma superação mecânica. Saint Hilaire (ob. cit.) descreve os negros das charqueadas de Pelotas "cobertos de sangue de bois, perseguidos por infinidades de insetos que se confundiam com a fumaça dos fornos junto a um cheiro que obrigava a virar a cabeça". O que realmente existia do outro lado da fronteira, era uma divisão técnica permitida por uma sociedade que conseguiu remover a identificação trabalho-escravaria, (sem renunciar ao preconceito racial).

Em 1853, o diário (jornal) El Universal publicou um boletim do departamento de Polícia que "dian te da indisciplina de muitos escravos, obrigados a pagar somente parte de seu salário ao amo, se previne a todos os amos de escravos deste gênero que os recolham em suas casas, onde deverão permanecer todas as noites a partir das oito horas".

Existia além dos utopismos dos "criadores de negros" um particular sistema de aluguel aos charqueadores, em períodos de muita atividade. Por um salário fixo dado ao senhor que o compartilhava com seu escravo, as charqueadas se abasteciam de mão-de-obra temporária e assalariada. Numa sociedade não escravagista, o próprio Estado se preocupava em conservar uma mão-de-obra inexistente para as reais necessidades da época. Além de proibir sua morte e outras prebendas, o proprietário era obrigado a vender seu escravo, caso fosse comprovado castigos excessivos. (27)

5 - AS FRONTEIRAS REAIS DO BRASIL MERIDIONAL

A luta dos riograndenses centrava-se em evitar a orientalização da fronteira. Desde Artigas, diversos governantes, procurando assegurar uma renda, que lhes escapava entre os dedos através do contrabando, tentaram criar um imposto de exportação de gado em pé. O velho sonho de Félix de Azara em formar uma linha de pequenas estâncias, que isolasse o Uruguai, não somente fechariam as fronteiras (talvez evitando o contrabando) como principalmente estabeleceria um "contrapeso" ao poder quase absoluto dos fazendeiros riograndenses.

As doações de terra efetuadas aos militares, (que abandonavam a "ativa" na fronteira com o Brasil, durante o governo de Rivera (1831-1835) colocaram-no contra os grandes proprietários riograndenses. Bento Gonçalves, líder farroupilho com terra no Uruguai, aliou-se a Lavalheja (ligado agora ao grupo rosista) procurando garantir e expandir suas propriedades. Esta união, provocou as primeiras lutas civis que assolariam o Uruguai até a época de Latorre (1876). Apesar das simpatias riograndenses se voltarem para as idéias federais e republicanas, os grandes criadores de gado do sul, favoreceram a ocupação brasileira na República Oriental, garantindo suas propriedades e assegurando o transporte de gado através da fronteira. Isto debilitou a decisão de Oribe (presidente desde fevereiro de 1835) em assumir a causa farroupilha (1835-1845) que beneficiava o comércio bovino através de Montevidéu, enriquecendo igualmente os estancieiros orientais, base política do futuro partido Blanco.

Sebastião Barreto, riograndense com terras em Tacuarembó, serviu como intermediário entre Rivera e o governo Imperial, procurando convencê-lo da "traição rosista", referindo-se aos contatos entre Bento Gonçalves e Rosas, para colocar Lavalheja na "chefa-

tura" da República Oriental sedimentando uma aliança platina. As pretensões do presidente Oribe de eliminar a dualidade do poder (o chefe do executivo não era chefe das Forças Armadas) o levaram a suprimir o "comando geral da campanha" controlado por Rivera, o qual estava expedindo permissão de posse de terra sem nenhum amparo legal, baseando-se na simples autoridade militar. A atitude política de Oribe de desprestígio da administração anterior e o esvaziamento do apoio militar insere-se num projeto político nacionalista, de engrandecimento dos estancieiros orientais.

Em 1836, Oribe e Lavalheja derrotaram a resistência armada de Rivera. Os vencidos se refugiaram no Brasil, incorporando-se às forças do então legalista Bento Manuel (outro latifundiário com terras no Uruguai) amigo do governador Araújo Ribeiro e opositor "pessoal" de Bento Gonçalves. Depois da derrota de Fanfa (1837) onde Bento Manuel prendeu Bento Gonçalves, uma troca das lideranças riograndenses (Araújo Ribeiro foi substituído por Ferreira Brito) provocou a passagem do antigo legalista para o lado farroupilha. Neste período, Rivera tornou a penetrar no território oriental à frente de um exército (outubro de 1837). Após as derrotas e vitórias, Oribe renuncia à presidência (1838) e embarcou para Buenos Aires. No ano seguinte Rivera foi eleito terceiro presidente do Uruguai: estava emergindo a Guerra Grande. Suas antigas idéias de contenção dos latifúndios riograndenses não molestavam, no momento, as autoridades Imperiais interessadas em combater os latifundiários farroupilhos em seu ponto mais fraco e mais importante: suas terras na República Oriental.

Em 1843, Bento Gonçalves expressou no Rio de Janeiro suas fronteiras ideais. As Missões Orientais deveriam ser deixadas para os uruguaios, porém deveriam anexar-se ao Império a Lagoa Mirim, o Rio

Yaguarão, bem como os atuais departamentos de Rocha, Lavalheja e Treinta Y Tres, bem como a região de Cerro Largo(28). Tal projeto era absolutamente inadmissível para a política inglesa. As Missões Orientais permitiriam um rápido contato entre dois pequenos estados (Uruguai e Paraguai) pondo em risco a eficácia conflitante do equilíbrio conseguido em 1830.

A participação do Brasil na chamada "Guerra Grande" adquire uma nova dimensão se a inserirmos na nossa hipótese de que a fronteira Oriental transformou-se numa alternativa para burlar o bloqueio inglês ao tráfego negreiro.

A região fronteiriça estabilizou-se após os tratados de paz de 1851. Os Sete Povos das Missões Orientais foram incluídos nos convênios (em forma repetitiva) afirmando que eram territórios brasileiros e deveriam permanecer como tais.

Os líderes farroupilhos, acabaram sendo premiados com a abertura definitiva das fronteiras (juntamente com o imposto de 20% sobre o charque uruguaio) proibindo-se que um estado independente, fixasse uma taxa sobre suas exportações de gado em pé. Os tratados tornaram a Lagoa Mirim e o rio Yaguarão propriedade do Brasil, luz verde para o contrabando, agora legalizado. Ao mesmo tempo, foi legitimado um poder estranho dentro do território uruguaio: os fazendeiros riograndenses com terras orientais poderiam manter escravos nestas terras, não pagariam impostos e estariam liberados das frequentes requisições militares, bem como, do próprio serviço militar. Esta aliança (garantida com o direito de intervenção militar) beneficiava esplendidamente aos grandes proprietários do sul, favor devolvido, com a intensa participação riograndense na guerra contra o Paraguai.

NOTAS

- (1) - ACEVEDO, Pablo Blanco El gobierno colonial en el Uruguay y los orígenes de la nacionalidad. Montevideo. Imprensa L.I.G.U. 1929.
- (2) - A conquista do deserto pelo geral Roca (1879) assinalaria as últimas resistências à implantação da propriedade privada no campo Argentino.
PÁEZ, Jorge La conquista del desierto. Buenos Aires. Centro Editor de America Latina. Colección Historia Popular nº 10. 1970.
- (3) - SODRÉ, Nelson Werneck As razões da Independência. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1976.
- (4) - DE TOURON, Lúcia Sala e outros Evolución económica de la Banda Oriental. Montevideo. Ediciones Pueblos Unidos. 1968.
- (5) - Azara calculou na época uma população de 15.245 habitantes para Montevideu e 25.000 para o interior. Com base aos 200.000 kms formados pela Banda Oriental naquela época o interior possuía uma densidade de 8 pessoas por Km.
AZARA, Félix de Memoria sobre el estado rural del Rio de la Plata y otras informaciones. Buenos Aires. Editorial Bojel. 1943.
- (6) - CARDOSO, F. Henrique Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional. Rio de Janeiro. Paz e terra. 1977 pp. 202 e seg.
- (7) - Figuras (como o latifundiário espanhol Alzai-bar) reclamavam em propriedade todo o gado não marcado (numa época que ninguém marcava seu gado) e a posse da terra "onde seu gado estiver".
- (8) - "...Todas las estancias estan llenas de ga-

cuho, su trato es a tono por cuero de cortar, desollar, estaquar y apilar, siendo el importe dos o tres reales según el convenio de ejecutar las operaciones en caballo del que le manda o suyos próprios, conforme la distancia; el riesgo o el pago em dinero o ropa...".

Informe sobre repartos de tierra y ganado en la Banda Oriental. 1790 Revista de Buenos Aires. Tomo XXIII, p.280.

- (9) - "Mientras sólo se exportaban los cueros, su modo de vida podía ser tolerado ya que tenía um papel que cumplir en el sistema económico y un lugar en la sociedad naciente, como fuerza de trabajo y de guerra. En la nueva fase el gaúcho sería marginalizado y compelido a la disciplina del trabajo en las estancias".

RIBEIRO, Darcy Matices culturales rio platenses IN El gaúcho y la literatura gaúchesca. Montevideo. Cuadernos de Marcha nº 6, Octubre de 1967 p. 67.

- (10) - MARX, Karl Formações económicas pré-capitalistas. São Paulo. Paz e Terra. 1977.

- (11) - Por que então ressucitar um tipo social morto e enterrado? Por que ressucitar suas expressões? Como bem disse Goulart: "... o que cria e renova as formas culturais é a vida. Quando deixam de ser veículos de estímulos vitais, de experiências, de necessidades criadoras, das idéias vivas e dos problemas concretos, para se tornarem o disfarce deles, mistificação e oculta

mento, essas formas passam a desempenhar um papel contrário, aos interesses reais da sociedade".

PEREGALLI, Enrique Gaúcho, gauchismo, gaúchesco IN Tudo é história. Caderno de pesquisa nº 3 AUPHIB. Brasileiraense. São Paulo. 1978. Pág. 42.

- (12) - As "pulperias" eram além de centros de reunião, salão de dança, bases militares... verdadeiros centros de intercâmbio, onde se obtinha tudo o imaginável e necessário para os gaúderios (aguardente, erva mate, tabaco, armas...) O escoamento da produção do coro (para Brasil ou para Montevideu) efetuava-se mediante a intermediação do "pulpero" transformado no processo da independência Oriental em "pequeno comerciante" permitirá ao homem de campo fugir do "preço monopolístico" dos grandes comerciantes.

- (13) - "As condições originais de produção, surgem como pré-requisitos naturais, como condições naturais de existência dos produtores, nas suas relações subjetivas (com a comunidade) e objetivas (com a natureza). O ato de produção do indivíduo resume-se na produção de seu corpo, através da apropriação dos objetos separados pela natureza para consumo". Karl Marx ob cit. p. 67.

- (14) - Mas, "O que exige explicação (agora) não é a unidade dos seres humanos, vivos e ativos com as condições naturais e inorgânicas de seu metabolismo com a natureza e, portanto, sua

apropriação da natureza, nem isto é o resultado dum processo histórico. O que tem que ser explicado é a separação entre essas condições inorgânicas de existência humana e a existência ativa, uma separação somente completada, plenamente, na relação entre o trabalho assalariado e o capital". Karl Marx, ob cit. p. 67.

- (15) - Em 1801 foi formado um regimento de mulatos e negros libertados da escravidão para defender a parte setentrional da Banda Oriental. "O dia 2 de janeiro de 1812 Diego de Souza remite desde Maldonado uma reclamação sobre as atividades bélicas de Artigas, a qual, segundo o tratado de paz devia cessar imediatamente. Exige ainda o cumprimento do convênio que estipulava a devolução de escravos e desertores".
BAUZA, Francisco Historia de la dominación española en el Uruguay. Montevideo. Talleres "El Democrata". 1929. Tomo 2, p. 103.
- (16) - Por volta de 1860-1870, vendendo-se carne para as charqueadas, cercados os campos e incorporado o bovino (suscetento da pequena propriedade) a exploração de uma estância entre 500 a 2.500 hectares alcançou viabilidade. BARRAN, J. P., NAHUM, B. Historia rural del Uruguay moderno. Montevideo. Ediciones de la Banda Oriental. 1971.
- (17) - DE LA TORRE, Nelson e outros. La revolución agraria artiguista. Montevideo. Ediciones Pueblos Unidos.

- (18) - "Si tomamos la provincia de Córdoba, hallamos que la población total es de 105.000 habitantes. Calculando 25% de negros, indígenas e mestizos, la población blanca - única que podía intervenir en la política activa - se reduce a 75.000 habitantes. Considerando que las clases altas representan 1% - quizás menos - encontramos que los miembros habilitados socialmente para ocupar posiciones relevantes en el sistema del poder suman 750 personas. Si finalmente, admitimos que de ese total la mitad son niños (375) y del resto la mitad son también mujeres (127) sólo 127 adultos varones son, socialmente, candidatos posibles a los altos cargos del poder".
ZORRILLA, Ruben H. Extracción social de los caudillos (1810 - 1870) Buenos Aires. La pléyade. 1972 p.169.
- (19) - DE LA TORRE, Nelson e outros ARTIGAS: tierra y revolución. Montevideo. Bolsilibros Arca. 1967.
- (20) - SAINT-HILAIRE, A. Viagem ao Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro. ARIEL editora. 1936 p. 32.
- (21) - BARRAN, J. P. e NAHUM, B. Bases económicas de la revolución artiguista. Montevideo. Ediciones de la Banda Oriental. 1979. p. 92.
- (22) - Pereda Valdes afirma que "Artigas admitiu a escravidão como sendo inerente à sociedade em que vivia, onde o tráfego e a escravidão era uma forma comum de comércio..."
PEREDA VALDES, Ildefonso El negro en

la epopeya artiguista. Montevideo. Barreiro y Ramos. 1964 p.11.

Mas lutando para superar a realidade social de sua época, nada impede que Artigas tenha superado esa "mentalidade". Além disso, nesse momento que estava em jogo a causa federal, politicamente era mais proveitoso praticar a abolição sem proclamá-la.

- (22) - O governo Cisplatino exigiu em 1821, dos posseiros gado manso (querdizer, gado mercado, protegidos em currais ...) para manter a ocupação da terra; pelo mesmo edital se proibiu a caça de gado cimarron (selvagem) o qual foi "obsequiado" aos grandes proprietários. Sem condições econômicas para montar a infra-estrutura básica e privados de sua fonte de abastecimento, o cerco se estreitou. Finalmente, a junta de hacendados exigiu do governo a eliminação das pequenas pulperias, fonte de aprovisionamento e escoamento dos pequenos proprietários. As bases objetivas da revolução libertadora de 1825 estavam dadas.

ELOY, Rosa Alonso e outros La oligarquía Oriental en la Cisplatina. Montevideo. Ediciones Pueblos Unidos. 1970.

- (23) - PETIT MUÑOZ, Eugenio Artigas y los indios. Montevideo. Ediciones El País. 1960.
- (24) - PEREDA VALDES, Idelfonso El negro en el Uruguay (pasado y presente) Revista del instituto historico y geografico del Uruguay. Montevideo. Nº XXV de 1965.

Reproduz no final do livros decretos e leis sobre a escravidão no Uruguay. PETIT MUÑOZ, Eugenio e outros La condición jurídica, social, e política de los negros durante el coloniaje en la Banda Oriental. Montevideo. Talleres 33. 1947.

- (25) - A primeira licença de barco negreiro Oriental data de 1810: a fragata Laura de propriedade de Lucas José Obes. Eduardo Acevedo registra que em 1835 desembarcaram 1.085 emigrante: 640 das ilhas Canárias, 597 vascos e 566 africanos.

ACEVEDO, Eduardo Amales historicos del Uruguay (1835-1860) Montevideo. Imprenta nacional. 1919. Tomo 11 p. 57 e seg.

- (26) - Apesar do incêndio da alfandega de Montevideu que destruiu as detalhadas informações sobre o tráfego negreiro, Pereda Valdes fez uma relação que serve como padrão, dos navios negreiros no porto de Montevideu. 1751 a 1810. De 25 navios, 3 são espanhóis, um inglês, 3 "americanos", duas desconhecidas e 15 portuguesas. Somente destas últimas 3 fizeram o trânsito direto desde Africa (Mozambique) as 12 seguintes 6 procedem de Rio, 3 de Bahia, 1 de Buenos Aires e 2 de procedência desconhecida. El negro en el uruguay ob. cit. p. 32.

- (27) - PETIT MUÑOZ, Eugenio e outros La condición jurídica, social, económica y política de los negros durante el coloniaje en la Banda Oriental ob. cit.

(28) - LEITMAN, Spencer Raízes sócio-econômicas da guerra dos farrapos. Rio de Janeiro. Geral. 1979.

Concluído o conflito rosista (guerra Grande) os tratados de paz de 1851 colocaram no papel toda a política externa brasileira referente a ex-cis platina.

POMER, León Flores ao Paraguai. IN A Guerra do Paraguai: a grande tragédia rioplatense. São Paulo. Globo. 1980.

A própria guerra rosista se encarregaria de incentivar a penetração latifundiária riograndense. Os campos limítrofes despovoados depois de um longo conflito não valiam mais que 0,6 centésimos (2,75 réis) o hectare. Uma estância de 2 mil hectares que em 1840 valia uns 3.000 pesos estava sendo vendida por 1.500.00 (4.600 réis). Estimou-se que em 1875 os riograndenses possuíam um total de 428 estâncias sobre a fronteira Oriental. Em 1889 47% das propriedades rurais no Uruguay pertenciam a estrangeiros.

BARRAM, J. P, NAHUM, B. La sociedad ganadera IN Historia rural del Uruguay moderno. Montevideo. Ed. de la Banda Oriental. 1977.

EDUCAÇÃO

INDIGENA

NO

BRASIL

ENEIDA ASSIS é professora de Antropologia na Universidade Federal do Pará.

Formada em História pela mesma Universidade, fez Pós Graduação em Antropologia Social na Universidade de Brasília.

Tem trabalhado desde 1974 com sociedades indígenas particularmente os grupos Galibi, Palikúr e Karipúna (área do Uaçá-Oiapoque) no Território Federal do Amapá.

O estudo sobre o papel da escola em áreas indígenas e as influências que esta pode exercer sobre a educação dos grupos tribais, tem sido a preocupação básica de seu trabalho. Atualmente se dedica também ao Estudo dos Movimentos Populares, na cidade de Belém.
